

Eu penso · Tu pensas · Eu penso · Tu pensas · Eu penso · Tu pensas · Eu penso

54 dias depois: "acertar o passo"?

João Martins Pereira

NO MOMENTO em que se está atingindo o desfecho da primeira «crise» importante ao nível das instituições políticas saídas do 25 de Abril, e dada a extrema superficialidade, as meias-palavras táticas, com que os órgãos de informação e as próprias organizações políticas comentaram o caso, julgo que não será inútil tentar ir um pouco mais longe. Começarei por uma apreciação descritiva e «superficial» do processo, para posteriormente analisar algumas das suas implicações mais profundas.

Tudo parte — embora isso seja apenas o pano de fundo, importante aliás — da interpretação a dar na prática ao programa do M.F.A. Trata-se, sem dúvida, de um documento de compromisso, mas que, claramente, demarca sérios limites «à direita»: o exercício das liberdades democráticas, a destruição dos aparelhos fascistas, a referência a uma «estratégia anti-monopolista», a imposição de uma política social que favoreça «as classes trabalhadoras», a exigência de que sejam dados os passos necessários para chegar à paz no que toca à questão colonial, etc., são apenas alguns exemplos desses mesmos limites. E «à esquerda», que limites comporta? De uma simples leitura do texto ressalta que tais limites não estão explicitamente fixados. Que quer isto dizer? Muito simplesmente, que esses limites são os que impõe a própria realidade social (sem falar em factores de ordem internacional). Isto é, em termos de «governo», é esta, e não mais, a margem de manobra que existe. É dentro dela que as várias forças que constituem «o Poder» têm que avaliar o «possível», avançar ou ceder segundo as circunstâncias. Não é por acaso que a situação aqueceu a partir do momento em que se aproximava a decisão sobre um conjunto de medidas legislativas abrangendo os mais variados campos (económico e social, em particular). O espantilho do caos económico e da desordem social, cuidadosamente cultivado e propagandeado (e não só pelos sectores mais «à direita» do governo), serviu naturalmente para defender e impor um programa de medidas que, ao que se sabe, eram de tal forma «moderadas» que, em certos aspectos importantes, pouco além iriam (se é que iam) do que se teria podido esperar de um governo de «antes do 25 de Abril». A questão colonial, essa, marcava passo. Tão patente era isto, bem como o facto de que cada dia que passava no immobilismo e na passividade só podiam acentuar aquelas tendências — e, portanto, «fazer o jogo da reacção», em linguagem estereotipada — que o M.F.A. decidiu intervir politicamente. O primeiro confronto, que os jornais anunciaram sem o menor comentário que desse sequer a entender tratar-se disso, deu-se numa prolongada reunião, na segunda semana de Junho, em que, além do Presidente da República, estiveram presentes os dois ministros mais «assustados» (Sá Carneiro e Vieira de Almeida) mas que, pelos vistos, não conseguiram assustar os oficiais do M.F.A. Estes pareciam ter ganho o ascendente necessário para que aquela margem de manobra não fosse totalmente desaproveitada. Era de esperar que as organizações políticas de «esquerda» presentes no governo tivessem então tirado as suas conclusões e, mesmo sem sair do «realismo» que as caracte-

riza, exercido um mínimo de pressão naquele sentido. Provavelmente por razões táticas não foi essa a actuação que adoptaram e daí resultou que os sectores mais «à direita» tenham feito aprovar uma série de diplomas (e a própria nomeação do ex-ministro Veiga Simão para embaixador junto da O.N.U.) em que a intervenção do Conselho de Ministros, quando existiu, se julga ter sido quase invariavelmente num sentido «direitista», o que provocava depois — por estranho que pareça — inflamadas críticas dos próprios partidos no governo... Daí a chegar à «prova de forças», foi um passo: a proposta de alteração constitucional revela que, a nível dos poderes institucionalizados (de que excluímos, obviamente, o M. F. A. — poder apenas «de facto»), as relações de força se apresentavam aparentemente favoráveis aos seus autores ou apoiadores. É certo que estes poderão ter jogado com a «chantagem» da crise governamental, mas não cremos que isto fosse, por si só, suficiente. Uma vez mais coube ao M.F.A. o papel de se opor a essa manobra, e não vemos que aqueles que constantemente falam de reforço da «união do povo e das Forças Armadas» tenham querido meter o «povo» nisto. No meio de todo este processo, o «povo» só apareceu, na pessoa dos trabalhadores do Estado, para exigir a revisão do diploma que lhes dizia respeito, aprovado em Conselho de Ministros no que consta sem oposição: e para isso não contou com o apoio (a não ser a posteriori...) de quaisquer organizações partidárias ou sindicais, fê-lo espontaneamente.

Resultados? A curto prazo: — Reforço da posição do M.F.A., cujo programa se mantém intacto, e que terá, para além disso, imposto uma decidida aceleração no processo de descolonização. — Manutenção de um equilíbrio das mesmas forças políticas dentro do governo, sendo de prever um maior dinamismo de decisões (em que sentido?) pela presença de maior número de militares, e de um primeiro-ministro também militar, saído do M.F.A. — Impulso ao reagrupamento extra-governamental de forças de direita, que poderão vir a constituir um partido com aspirações a participação no governo, na primeira oportunidade, e a contar, por certo, com o apoio (mais ou menos discreto) da Presidência da República.

Entretanto, e começando já a situar a análise noutro campo, é importante referir a declaração feita, em plena crise, à imprensa pela recém-criada Confederação da Indústria Portuguesa. Contrariamente ao que se poderia esperar, é essencialmente uma afirmação de confiança. Dir-se-ia que o capital (sobretudo o grande capital) terá enfim compreendido as «novas realidades» e o partido que delas pode tirar. Face ao silêncio, à paralisia e às hesitações governamentais, anuncia iniciativas, crunça propostas, declara-se disposto a «jogar o jogo democrático». Como se conjuga isto com a nova «configuração governamental» (aliás posterior àquela declaração)? Segundo cremos, parece estar precisamente a encontrar-se uma «lógica» de evolução que julgamos ser a que corresponde à fase actual do desenvolvimento capitalista entre nós. Vejamos: a presença de militares no governo

vai permitir desbloquear o impasse em que se estava: só por si (isto é, independentemente das medidas que sejam tomadas, e que não escapamos, têm de cair dentro daquela margem que inicialmente apontámos) dá confiança ao capital que, acima de tudo (embora não exclusivamente), pretende que

lhe assegurem ordem e lhe «identifiquem» sem ambiguidades a sede do Poder; mas, por isso mesmo, vai dar possibilidade ao governo de adoptar medidas mais «populares», sem temer a cada momento todos os caos deste mundo — o que não exclui que, em nome da ordem, não venha a intervir mais decididamente em matéria «repressiva»... Entretanto, o capital jogará politicamente a fundo no «grande partido» (ou coligação de partidos) de direita centro-direita, com que buscará congregar as «classes médias», acenando, primeiro discretamente, mais tarde abertamente (à medida que se aproximarem as eleições), ao re-

flexo anticomunista. O «projecto» tecnocrático começa, enfim, a ganhar forma. Queremos contudo sublinhar que estas considerações não devem ser entendidas como «previsões»: elas apontam uma tendência, que poderá vir a ser contrariada por factores de vária ordem.

Do ponto de vista das «forças de esquerda», mais concretamente, das classes trabalhadoras enquanto agentes do processo histórico-político, que quer isto dizer? Que nada há a esperar deste, ou de outro, governo «democrático»? Que, em última análise, não sendo dos trabalhadores (e não há condições concretas para que o seja), o governo é do capital, e portanto, também em última análise, é a ele que aproveitará a sua acção (estejam lá os partidos que estiverem)? Não sejamos demasiado simplistas, não respondamos com uma lacónica afirmativa a esta interrogação. É evidente que serão os trabalhadores as grandes vítimas de todo o processo de reestruc-

turação que se inicia: por cada pequeno ou médio burguês que decida «acabar com o negócio» são dezenas ou centenas de trabalhadores que ficam sem emprego... É igualmente evidente que o essencial das conquistas das classes trabalhadoras se terá de efectuar através das lutas concretas que desenvolvam nos locais de trabalho, mas também a todos os outros níveis do quotidiano. É isso

que contribuirá para reforçar a sua consciência política e manter constantemente uma atitude crítica que lhes permita definir as formas e conteúdos mais correctos das lutas a travar, face ao esquematismo dogmático de «palavras de ordem» que não deixarão de lhes ser sopradas pelos aparelhos que buscam «controlá-las». Mas nem por isso lhes poderá ser indiferente a natureza mais ou menos «progressista» de certas medidas que o governo venha a decidir, procurando explorar ao máximo o campo de acção que lhes abram

as primeiras, e manifestando frontalmente a oposição no caso das segundas (o exemplo dos funcionários públicos é frisante). Nessa medida, uma actuação persistente, pelos mais variados canais, junto daqueles que podem pesar nessas decisões, está longe de constituir um «compromisso», daqueles que tão verberados são por todos os «esquerdismos». É, de resto, na articulação das lutas de base com todas as outras formas de intervenção (junto das ou nas administrações locais, nos sindicatos, nas escolas, a diversos níveis do aparelho de Estado) que reside o essencial das tarefas que se impõem a todos os que visam a concretização a prazo de um projecto socialista consequente. Isto é, não é ao nível de governo que aquela margem de manobra que referimos poderá ser alargada: só as classes trabalhadoras o poderão conseguir.

(Artigo redigido na semana anterior a 13 de Julho)

Os futuros médicos

Miller Guerra

O TÍTULO deste artigo traduz a preocupação de quem o escreve, da grande maioria do corpo docente das Faculdades de Medicina e daquela pequena parte do público que conhece o estado do ensino médico. Desde há anos que o ensino da medicina vem decaindo gradualmente, mas, no ano que está a findar, atingiu uma situação crítica que o colocou à beira do colapso. Enegrece o quadro o futuro próximo: o ano lectivo que se avizinha vai paralisar as Faculdades de Medicina, se acaso se não tomarem providências inteligentes, imediatas e energias.

Este sombrio diagnóstico era previsível para quem conhecesse a evolução da crise universitária que eclodiu há uma dúzia de anos e os seus reflexos no campo do ensino médico. Não constitui surpresa a situação presente, antes é o desenvolvimento lógico e cronológico dos sintomas aparecidos há muito tempo. Causa estranheza à muita gente porque é que as coisas chegaram ao ponto em que estão, sabendo-se perfeitamente as suas causas determinantes, as suas características principais, o seu processo evolutivo e até o modo, ou os modos, de lhes impedir a marcha. Aliás, o sucedido no nosso País, tem tanta semelhança com o sucedido em outras latitudes, que um paralelismo tão completo em certos pontos, que bastaria colher a lição da experiência alheia para evitar a reprodução dos factos entre nós. A origem, o progresso e o desfecho da crise universitária, conhece-se suficientemente bem em outros países que não procederam neste capítulo. Há em tantos outros caracteres das sociedades contemporâneas. Era muito estranho que acontecimentos tão generalizados e tão radicados nas tradições culturais e universitárias, não nos afectassem. Quem presidia aos destinos da Educação e da Cultura não se apercebeu dos factos ou, apercebendo-se deles, ignorou-os voluntariamente, julgando que a tempestade amainava por si. Quando

muito aplicando medidas repressivas, a situação retomaria a calma, passando os professores a ensinar, os alunos a aprender, e a ordem a reinar.

Segundo esta fórmula conservadora que tantas vezes ouvimos e vemos, a crise era somente o produto da indisciplina e da revolta dos estudantes, que se voltavam mais contra as instituições políticas do que contra a Universidade. O que eles pretendiam era simplesmente derrubar o regime servindo-se da situação de privilégio que tinham como estudantes. Menos ligados à vida económica, porque sustentados pela família, mais cultos e conhecedores do movimento geral das ideologias revolucionárias, menos oprimidos com a ordem social, do que as classes trabalhadoras, os estudantes constituíram uma camada intelectual propícia à difusão das ideias progressistas. Atacando a Universidade e, de uma maneira geral, o sistema escolar, abalavam o Estado e a sociedade e, por conseguinte, podiam formar a guarda avançada da subversão. Contra isto, o Governo reagiu da maneira forte que conhecemos: fechou as Associações académicas, perseguiu e prendeu os estudantes, liquidou violentamente a menor manifestação de protesto e de crítica. Em tudo via a ameaça da revolução social. Esta ideia fixa, obsessiva, impediu-o de considerar os movimentos estudantis como protesto contra uma instituição escolar cada, incapaz de responder às necessidades do ensino e da cultura. O resultado disso foi a conservação da Universidade com os seus defeitos e vícios e o combate encarnado aos estudantes que eram duas vezes vítimas: dos maus métodos e programas pedagógicos e do mau Governo que olhava só para a sua conservação e descurava as reformas essenciais.

Níveis muito baixos

O que acabámos de dizer aplica-se a todo o ensino superior, mas

particularmente às Faculdades de Medicina, porque os valores que estão em causa, a saúde e o Bem-estar, soblevam quase todos os outros. Efectivamente um dos principais bens do homem é o «estado de bem-estar físico, mental e social», que é a Saúde, e é nas Faculdades de Medicina que se preparam os futuros médicos — os elementos determinantes da prevenção e do tratamento das doenças. Um mau ensino traduz-se logo em deficiências graves na assistência médica e, portanto, na segurança e eficiência dos cuidados clínicos prestados à população.

À custa de grande esforço, as Faculdades de Medicina, têm conseguido ministrar um ensino razoável através da agitação e das incertezas dos tempos. Mas não se pode contar que, nos anos mais chegados, o nível de preparação dos licenciados se mantenha. Pelo contrário, é mais do que certo que no próximo ano decairá a níveis muito baixos, tão baixos que irão comprometer o exercício profissional dos futuros médicos. Conta-se que em Outubro haverá em Lisboa 2500 a 3000 candidatos à Medicina, número dez vezes maior (repetimos, dez vezes) do que aquele que comportam as instalações, os laboratórios, os hospitais e o corpo docente.

Esta elevação do número de pretendentes à carreira médica era previsível, como dissemos, há uma boa dúzia de anos e teria sido relativamente fácil introduzir reformas no ensino para remediar a situação. Mas não se fez nada, a não ser uma tentativa imperfeita e insuficiente de desdobramento da Faculdade de Medicina de Lisboa, transferindo poucas centenas de alunos para os hospitais Civis e um milhar para o antigo edifício da Faculdade no Campo de Santana. Em quase nada estas medidas modificaram a fisionomia do

ensino médico. A prova está à vista: estamos em vésperas das Faculdades serem literalmente submersas por uma onda de estudantes que sepultará o que ainda resta da instituição.

Medidas simultâneas

Pode perguntar-se se ficamos de braços cruzados à espera do colapso. Entendemos que ainda há tempo, nestes dois meses de Verão, de evitar o pior, mas para tanto é preciso tomar já providências, sem receio da impopularidade que elas trazem infalivelmente. É escusado pensar que se podem modificar as perspectivas sombrias, com medidas suaves e agradáveis a todos — aos estudantes, às famílias, aos professores e ao público. Isso é impossível. É preciso que o Governo corija com vigor e clarividência, o mal que os anteriores semearam e deixaram frutificar. A demagogia é própria dos governos conservadores-reaccionários que preferem a manutenção da ordem pública à desorganização escolar e à injustiça social.

Talvez um conjunto de medidas simultâneas, tomadas imediatamente, atalhe a decadência crítica, o estabelecimento da selecção pedagógica à entrada da Faculdade; a extensão do ensino da Medicina aos estabelecimentos capazes de o ministrar; a fundação de Faculdades dependentes da Universidade Nova de Lisboa, poderiam constituir um feixe de medidas eficazes, embora insuficientes. O drama é precisamente este, no ensino e no mais; não se executaram as reformas a tempo e, agora, é-se obrigado a fazê-las tardiamente e à pressa, sobre uma realidade em que se misturam as necessidades antigas com as modernas, ou seja, o que foi, o que é, e o que deve ser. Mas, quando há ideias, vontade e homens capazes, nada é impossível.

Portugal visto de fora:

O problema africano

António de Figueiredo

LONDRES — A contribuição mais significativa que os exilados podem prestar neste momento é proporcionar uma visão de Portugal «visto de fora» segundo a experiência que acumularam no exílio. Sendo a questão africana a que mais atrai a atenção internacional é dela que nos começaremos por ocupar. Para os observadores políticos

é diligências diplomáticas internacionais, ainda se mantêm em estado de suspeição ideológica. Afinal, neste, como noutros planos da vida nacional, o regime autoritário e colonialista, está para a democracia burguesa, como o roubo à mão armada está para o conto do vigário; e os movimentos africanos estão naturalmente reacios das consequências duma

movimentos emancipalistas da Guiné, Angola e Moçambique, como de nações membros da Organização de Unidade Africana, se comprometeram em fingir que não entendiam o sentido do movimento revolucionário. Assim, por exemplo, confundiram-se os pontos de vista expressos pelo general Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro», com o

Bissau. Dadas as afinidades culturais e tribais dos povos que habitam o Senegal, e as duas Guínas, e o conflito de interesses entre as duas Repúblicas rivais não parece aos observadores estrangeiros que, tanto na modalidade federalista, como na independência, a Guiné ou o PAIGC tenham capacidade de sobrevivência.

restauração da democracia em Portugal, em Moçambique e Angola abre novas perspectivas que certamente não escaparão ao novo ministro dos Estrangeiros, Mário Soares e ao ministro dos Assuntos Inter-territoriais, Almeida Santos, um e outro experientes nos aspectos internos e internacionais da questão. Assim, os observadores es

já contribuir para um maior esclarecimento dos movimentos emancipalistas que, historicamente, têm recebido apoio do bloco socialista. Há muito que se reconhece, fora de Portugal, que as três grandes potências — Estados Unidos, União Soviética e China — têm interesses divergentes no Sul da África de forma que a nossa posição política é muito mais des-